

## POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO EM MUSEUS: A CONSTITUIÇÃO DAS AÇÕES EDUCACIONAIS EM MUSEUS DE ARTES PLÁSTICAS, CIÊNCIAS HUMANAS E CIÊNCIA E TECNOLOGIA

### FINANCIAL POLICIES OF EDUCATION IN MUSEUMS: THE DEVELOPMENT OF EDUCATIONAL ACTIONS IN ART, HUMAN SCIENCES, SCIENCE AND TECHNOLOGICAL MUSEUMS

*Luciana Conrado Martins<sup>1</sup>  
Martha Marandino<sup>2</sup>*

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é compreender as dinâmicas de funcionamento das políticas públicas de educação em museus e seus impactos na conformação das ações educacionais dessas instituições. Para isso, optou-se pelo escopo conceitual proposto pelo sociólogo da educação Basil Bernstein, em especial o conceito de campo recontextualizador oficial. Considera-se esse um passo essencial para a inserção do debate da educação museal na área educacional de forma mais ampla. Para a realização do estudo proposto optou-se por uma abordagem qualitativa comparando três tipologias de museus – um museu de artes plásticas, um de ciências humanas e um de ciência e tecnologia. A partir da análise dos dados coletados, conclui-se a existência de um campo recontextualizador oficial cujos agentes do Estado criam políticas às quais os museus participam por adesão. Mais do que as agências oficiais do Estado, entretanto, são as fontes financiadoras as principais “vozes” reguladoras desse campo recontextualizador oficial, como se procura demonstrar ao longo do artigo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Museus. Políticas Públicas. Recontextualização.

**ABSTRACT:** The goal of this work is to understand the dynamics of the public policy in museum education and their impacts in the determination of educational activities of these institutions. For this, the option was used the theoretical referential developed by the sociologist of education, Basil Bernstein, in particular the concept of official re-contextualizing field. It is considered an essential step for the insertion of museum education in the educational field. To conduct the study we chose the qualitative methodological background by comparing three types of museums – a fine arts museum, a human sciences museum and a science and technology museum. From the analysis of data collected we concluded the existence of an official re-contextualizing field, where the State agents creates policies that museums take part by adhesion. More than the official agencies of State, however, the funding agencies are the main “voices” in this official re-contextualizing field, as we try to demonstrate throughout the article.

**KEYWORDS:** Education. Museum. Public policy. Re-contextualization.

<sup>1</sup> Doutora em Educação. Pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação não formal e Divulgação da Ciência da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Coordenadora do Núcleo de Difusão do Conhecimento do Instituto Butantan. E-mail: lucianaconrado@usp.br

<sup>2</sup> Doutora em Educação. Professora Doutora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação não formal e Divulgação da Ciência da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. E-mail: marmaran@usp.br

## Introdução

A compreensão dos museus enquanto espaços de realização de práticas de ensino e aprendizagem é atualmente estabelecida na literatura da área educacional de forma bastante contundente tanto nacional (FALCÃO e GILBERT, 2005; MARANDINO, 2001; 2006) quanto internacionalmente (ALLARD e LEFEBVRE, 1993; FALK e STORKSDIECK, 2005). Os museus têm se consolidado não só como espaços educacionais, suas práticas também têm sido alvo de inúmeros estudos relacionados aos diversos aspectos que caracterizam essa tipologia educacional.

Entretanto, e apesar desse notório fortalecimento da área, existem questionamentos não respondidos sobre a especificidade do funcionamento e das características da educação museal. Os museus, em sua imensa variedade de tipologias de acervos e conformações institucionais comportam um sem fim de práticas educativas voltadas para públicos e objetivos diversos. O que, então, caracteriza, diferencia e singulariza a educação praticada em um universo tão multifacetado? É possível afirmar a existência de uma singularidade educacional denominada educação em museus? Frente a outras práticas educacionais, como a educação escolar, essa singularidade pode ser evidenciada e caracterizada?

Um dos aspectos que se mostra importante para a caracterização da educação existente nos espaços dos museus é a compreensão da sua estrutura de funcionamento e suas relações com instâncias sociais externas à instituição museal. A partir desse tipo de análise é possível estabelecer quais são os agentes e as agências que atuam na conformação do discurso pedagógico dos museus, bem como o grau de ingerência desses sujeitos nas relações de ensino e aprendizagem estabelecidas nessas instituições. O presente artigo busca, nesse sentido, evidenciar a existência de um campo interessado na criação de políticas públicas para a área da educação em museus, bem como seu funcionamento, utilizando como escopo conceitual analítico a teorização proposta pelo sociólogo da educação Basil Bernstein (1996, 1998).

Essa abordagem parte do princípio que, a exemplo de outras instituições educacionais – como as escolares – os museus produzem discursos pedagógicos próprios, passíveis de serem transmitidos aos seus públicos frequentadores (BERNSTEIN, 1996). Da conformação desses discursos participam o que Bernstein denomina de agentes e agências recontextualizadoras, oficiais e pedagógicas, responsáveis pela transformação ideológica dos textos educacionais.

No caso da educação praticada pelos museus, as agências e os agentes recontextualizadores oficiais estão situados em esferas de poder extrainstitucionais responsáveis, por exemplo, pela legislação e pelo financiamento da educação praticada nesses espaços. O mecanismo de funcionamento desses elementos e suas influências no discurso pedagógico dos museus é o alvo da análise aqui empreendida. Pretende-se, dessa forma, iniciar uma discussão acerca dos *porquês* e dos *comos* da educação museal – debate que, apesar de amplamente presente nos estudos acerca da educação escolar (APPLE, 1995, 2006; LOPES e MACEDO, 2002; MOREIRA e SILVA, 1995), ainda é bastante tímido nos estudos sobre educação em museus. Considera-se esse um passo essencial para a inserção do debate da educação museal na área educacional de forma mais ampla. Nesse sentido, adotou-se a teorização proposta por Basil Bernstein (1996, 1998), autor amplamente referenciado nos estudos da área educacional escolar (LOPES, 2005, 2008).

Para a realização desta pesquisa optou-se por um estudo comparativo entre três tipologias institucionais de museus – um museu de artes plásticas (Pinacoteca do Estado de São Paulo), um museu de ciências humanas (Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo) e um museu de ciência e tecnologia (Museu de Astronomia e Ciências Afins). Os dados para este artigo foram coletados ao longo dos anos de 2009 e 2010, por meio de entrevistas com os educadores dos museus estudados. Além disso foram coletados e analisados documentos institucionais produzidos pelos museus e pelas instituições delimitadas como parte do campo recontextualizador oficial dos museus. Os referenciais da pesquisa qualitativa em educação (BOGDAN e BIKLEN, 1994; COHEN et al., 2007) foram utilizados como subsídio metodológico para a coleta de dados e estruturação da

pesquisa, visando a compreensão dos processos educacionais em jogo no ambiente museal, bem como para a identificação dos agentes que deles participam.

### **A conformação do campo recontextualizador oficial dos museus**

O processo de recontextualização, conforme proposto por Bernstein (1996), tem como objetivo a passagem dos textos pedagógicos de sua esfera inicial de geração – na qual atuam os princípios dominantes da sociedade – para a esfera da transmissão pedagógica. Durante a recontextualização são conformados *o que* e *o como* do discurso pedagógico, a partir da atuação de duas esferas distintas: o *campo recontextualizador oficial* e o *campo recontextualizador pedagógico*. Em ambos os campos atuam agências e agentes recontextualizadores que, imbuídos ideologicamente, são os responsáveis pela seleção e modificação dos textos que comporão o discurso pedagógico.

No *campo da recontextualização oficial* atua o poder regulador do Estado, que inclui “os departamentos especializados e as subagências do Estado, as autoridades educacionais locais, juntamente com suas pesquisas e sistemas de inspeção” (BERNSTEIN, 1996, p. 270). Já o *campo recontextualizador pedagógico*, mais amplo, inclui as universidades e faculdades de educação; os meios midiáticos especializados de educação, as editoras e seus consultores. Os agentes, discursos e práticas desses dois subcampos estão interessados na passagem dos textos pedagógicos de um contexto de produção discursiva para um contexto de reprodução discursiva, em um processo que prevê uma série de transformações do próprio texto. Essas transformações são reguladas pelo princípio de descontextualização que garante que o texto será modificado na medida em que é deslocado/relocado.

Para os fins dessa investigação optou-se pela compreensão dos mecanismos de constituição e funcionamento que, no nível da recontextualização oficial, terão impacto na conformação do discurso pedagógico de reprodução da educação em museus.

No caso dos museus, as agências do Estado que regulam suas práticas são diferentes das que regulam a educação formal. No Brasil, especificamente, a atuação cultural é oficialmente regulada a partir do Ministério da Cultura (MinC), do Governo Federal, e em menor instância, a partir das secretarias da cultura dos estados e municípios. Até 2009, o órgão responsável pelos museus no Brasil era o Departamento de Museus (Demu), vinculado ao Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Com a expansão das atribuições do Demu e o crescimento e fortalecimento da área museal a partir de 2003, foi criado em 2009 o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), com objetivo de gerir os museus federais, além de implantar a Política Nacional de Museus (PNM) e melhorar os serviços no setor.<sup>3</sup>

Destaca-se na conformação da PNM o princípio orientador de “desenvolvimento de processos educacionais para o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro frente aos procedimentos políticos de homogeneização decorrentes da globalização” (BRASIL, 2003, p. 9), por sua relação explícita com a questão educacional. Nesse sentido, é importante ressaltar que a tônica presente tanto nos princípios, quanto nos artigos da PNM, estão intimamente ligadas aos conceitos de participação popular na gestão do patrimônio, promoção do acesso ao patrimônio musealizado para todas as camadas da população, incentivo à musealização do patrimônio oriundo da diversidade cultural brasileira e à sustentabilidade dos processos museais. Todos esses aspectos traduzem um panorama museal de abertura e participação dos diversos públicos, explicitamente em consonância com os princípios pregados pela nova museologia em sua vertente comunitária (VARINE, 1992) que, por sua vez, tem estreita relação com a ampliação do papel educacional desempenhado pelas instituições museológicas.

<sup>3</sup> De acordo com o site da instituição essa melhoria inclui: aumento de visitação e arrecadação dos museus, fomento de políticas de aquisição e preservação de acervos e criação de ações integradas entre os museus brasileiros (MINISTERIO DA CULTURA, 2010).

Nesse período, compreendendo duas gestões governamentais (2003 a 2010), algumas ações desenvolvidas no âmbito da PNM merecem destaque por sua importância no que se refere à consolidação da área museal do país. A primeira, e talvez a mais relevante delas, são os editais de fomento viabilizados pelo Fundo Nacional de Cultura (FNC).

Na atualidade existem duas formas de financiamento no setor cultural, ambas instituídas em 1991 com a criação do Programa Nacional de Apoio à Cultura, o Pronac (BRASIL, 1991): o Incentivo Fiscal e o Fundo Nacional de Cultura (FNC).

O incentivo fiscal funciona por meio da renúncia fiscal de empresas privadas para o apoio à cultura. Na esfera federal ele foi instituído por meio da chamada Lei Rouanet.<sup>4</sup> Não é uma forma de financiamento direta do poder público e está sujeita às ingerências do mercado, da mídia e do marketing, já que são as próprias empresas privadas que escolhem os projetos a serem financiados. O Fundo Nacional de Cultura, por sua vez, é a fonte de financiamento direto e sistemático, via governo federal, para a área cultural. Até 2003 o FNC funcionava apenas para a manutenção dos museus federais ligados ao Ministério da Cultura.<sup>5</sup> A partir dessa data instituíram-se, via Programa Museu, Memória e Cidadania, editais de fomento<sup>6</sup> que passaram a se constituir como a fonte de recursos possíveis para a maior parte das instituições museais nacionais.

A importância das ações de financiamento do Ibram reside justamente na sua existência. A ausência de políticas públicas consistentes nos estados e municípios faz com que a realidade dos museus nacionais seja extremamente precária, em termos de recursos humanos profissionalizados e de infraestrutura. A existência dos editais federais incentiva que muitos desses pequenos museus, ao desejarem o financiamento, se estruturam na intenção de obtê-los. As condições obrigam a uma reflexão mínima acerca de suas condições físicas, de recursos humanos, de financiamento e programáticas, na medida em que, para concorrer aos editais, é necessário o preenchimento do Cadastro Nacional de Museus. Atualmente, com a promulgação da Lei do Estatuto de Museus, essa reflexão e necessidade de organização se amplia com a obrigatoriedade dos museus financiados se inserirem no Sistema Brasileiro de Museus.

O que é possível deduzir dessa estratégia é que o Ibram, por meio de suas linhas de fomento, prioriza o financiamento de ações e instituições que estão em consonância com aquilo que é considerado importante para a consolidação da área, dentro de um contexto de políticas públicas, conforme inicialmente expresso na Política Nacional de Museus. O processo é, dessa forma, baseado no princípio da adesão, já que os museus e suas instâncias administrativas superiores não são obrigados a aceitá-lo. A lógica de funcionamento da área cultural é, nesse sentido, inversa à existente em outras áreas da administração pública, como a educação, na qual o financiamento via os Fundos de Desenvolvimento da Educação do Governo Federal, por exemplo, está vinculado à realização de um determinado número de matrículas nas redes públicas de ensino escolar (SENA, 2008).

Um segundo eixo de destaque para a educação em museus, a partir da atuação da esfera estatal, é a criação do Estatuto de Museus, promulgada como Lei n. 11.906 e sancionada pelo presidente da república em janeiro de 2009. A lei consolida uma série de procedimentos para a área museológica e obriga os museus, públicos e privados, a cumpri-los em um prazo de cinco anos a partir de sua promulgação.

A importância da existência de um instrumento desse caráter dá uma nova dimensão à área museal nacional. Pela primeira vez os profissionais de museus dispõem de um instrumento legal de apoio às suas funções, podendo exigir, junto aos seus órgãos mantenedores, o estabelecimento das funções museológicas de forma adequada em suas instituições. Apesar de não ter um caráter

<sup>4</sup> Lei n. 8.313 de 23 de dezembro de 1991 (BRASIL, 1991), que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura.

<sup>5</sup> No Brasil existem, atualmente, por volta de 3 mil museus. Desses, 25 são ligados diretamente à órbita federal.

<sup>6</sup> Iniciados em 2004 como parte da Política Nacional de Museus, contemplam três linhas de financiamento: Modernização de museus. Mais museus e Qualificação de museus para o turismo, e duas linhas de premiação: Prêmio Mário Pedrosa – Museu, memória e mídia, para a premiação da divulgação da questão museal e patrimonial na mídia, e o Prêmio Darcy Ribeiro, específico para ações educacionais.

punitivo – a não ser em caso de manutenção inadequada dos bens musealizados, os acervos – o Estatuto de Museus traz uma perspectiva futura de consolidação e profissionalização dessa área.

Destacam-se como diretrizes gerais do estatuto, o respeito à diversidade cultural nacional, a preservação do patrimônio oriundo dessa diversidade, a promoção do acesso da população ao patrimônio musealizado e a utilização dos museus como polos de geração de oportunidades de desenvolvimento e renda, tendo como foco principalmente sua utilização turística. Nota-se que dentre essas diretrizes, coloca-se um papel de destaque às ações de extroversão museal, já que será por meio delas que se fará esse contato direto com a população.

No caso da educação praticada nos museus, percebe-se um movimento de mão dupla. Ao mesmo tempo em que a educação parece ser uma das propulsoras das diretrizes presentes na Política Nacional de Museus – principalmente no que se refere à participação comunitária e ao fomento à diversidade cultural – ela não aparece com funções especificamente definidas no Estatuto de Museus. O que se percebe é um movimento mais amplo, de configuração dos museus enquanto instituições nos quais as premissas educacionais estão imiscuídas em todas as ações (HEIN, 1998; HOOPER-GREENHILL, 1994).

Além da área cultural, identifica-se uma segunda área do governo que desenvolve políticas públicas para os museus: o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). A lógica de organização do MCT tem como pressuposto o fomento da ciência e do desenvolvimento tecnológico no país, com vistas à melhor distribuição de seus benefícios para a sociedade. Para isso ele gere duas agências de fomento científico – a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – distribuindo seus recursos por meio de editais específicos para cada área de atuação e conhecimento.

De acordo com Navas (2008), o MCT, na gestão 2003-2006, definiu 24 áreas de atuação prioritárias, entre as quais Inclusão social. Foi a partir dessa área que o MCT articulou um discurso de Difusão e Popularização da Ciência e Tecnologia, no qual os museus de ciências e tecnologia têm um papel relevante a cumprir. Esse papel é definido, de acordo ainda com Navas (2008), a partir de alguns documentos referenciais. O principal deles, o Plano Plurianual 2004-2007, que definiu o desenvolvimento de programas e ações a serem desenvolvidas pelo MCT no período, tem entre seus objetivos “popularizar o conhecimento científico e tecnológico e o ensino de ciências” (MCT, 2003 apud NAVAS, 2008, p.72). Esse objetivo foi a base para a instauração do Programa de Difusão e Popularização do Conhecimento Científico e Tecnológico.

Como resultado da articulação desses diversos parceiros com outras instâncias da sociedade civil interessadas no tema, esse programa concretizou-se, a partir de 2003, na criação do Departamento de Difusão e Popularização da Ciência e Tecnologia (DEPDI), vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inclusão Social do MCT. Com atribuições de formular políticas e implementar programas de popularização da Ciência e Tecnologia, colaborar para a melhoria do ensino de ciências e apoiar centros e museus de ciências e eventos de divulgação da ciência, o DEPDI empreendeu diversas ações, ao longo dos anos, para o cumprimento desses objetivos. Essas ações estão intimamente relacionadas ao apoio aos museus de ciências e tecnologia, e incluem a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, o Programa Ciência Móvel e o Lançamento de editais de apoio a museus e centros de ciências e à difusão da ciência e tecnologia. Essas ações encontraram sua continuidade no quadriênio seguinte com a criação do Programa Apoio à Criação e ao Desenvolvimento de Centros e Museus de Ciência, Tecnologia e Inovação.

É possível afirmar que, no que se refere à atuação junto aos museus e centros de ciências, o MCT tem se mostrado bastante enfático acerca da necessidade de melhorar a estruturação dessas instituições. Para o MCT os museus – especificamente os de temática científica – são considerados órgãos privilegiados para a difusão e a popularização da ciência e da tecnologia para a população de não cientistas (NAVAS, 2008). Os museus também são explicitamente considerados órgãos passíveis da promoção da inclusão social, bandeira que, juntamente com o respeito à diversidade cultural e à promoção de oportunidades de desenvolvimento, foram os temas preponderantes para a definição

das políticas públicas de cultura e desenvolvimento científico do governo federal na gestão de 2003 a 2010.

Concretamente pode-se afirmar que, apesar das diferenças temáticas entre cultura e ciência e tecnologia, em termos de enunciados para a ação, ambas as esferas governamentais atuam em consonância. A ampliação de suas funções, principalmente no que se refere ao contato com os públicos, parte em direção à construção de um perfil institucional de relevância nos serviços à sociedade. É factível afirmar que essa relevância passa pela melhor estruturação também das ações educativas.

Entretanto o fomento às ações educacionais aparece de forma difusa nas políticas públicas da área museal, constituindo-se como diretrizes de caráter geral que pouca efetividade têm no que se refere ao incentivo específico às ações educacionais. Estruturadas por meio de editais e ações, às quais as instituições aderem conforme suas possibilidades e vontades, as políticas públicas para os museus provêm um discurso regulador geral com baixo poder de influência na prática institucional. Por outro lado, percebe-se o processo de construção de um consenso sobre a utilidade social dos museus, no qual a educação tem um papel a desempenhar.

No caso dos museus estudados percebe-se a baixa influência dessa regulação estatal que, quando existe de forma mais efetiva, aparece sobretudo no financiamento das ações. Destaca-se aí o caso do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast), que teve dois projetos aprovados no âmbito dos editais do Ministério da Ciência e Tecnologia.<sup>7</sup>

Nota-se, entretanto, que a Coordenadoria de Educação em Ciências (CED) do MAST, responsável pelas ações educativas dessa instituição, tem o financiamento de suas ações muito mais relacionado com a lógica da pesquisa acadêmica, financiada via editais de fomento científico, do que com a lógica da obtenção de recursos da área cultural ou de popularização da ciência em museus do MCT.

Essa sempre foi a filosofia, geramos os nossos próprios objetos de estudo. [...] nós fizemos um projeto, para um edital do CNPq, e foi aprovado e nós tivemos os nossos primeiros bolsistas na iniciação científica. A pesquisa passou a ser uma coisa do cotidiano a partir de 1992, na educação. E a partir daí nós começamos a escrever os projetos para os fomentos, e a ganharmos e aumentarmos o nosso corpo de bolsistas. Hoje nós temos seis PIBIC aqui na educação. (MAST – educador 2).

A partir do depoimento percebe-se como funciona o fomento às ações de educação do Mast. O depoimento seguinte reforça essa perspectiva e aponta como os projetos, depois de obtidos via editais de agências de fomento acadêmicas, passam a contar com o apoio institucional.

O coordenador da CED teve um projeto também, o primeiro dinheiro dele foi Faperj, também via edital de popularização [da ciência e tecnologia], e depois o Museu passou a financiar, ficou incorporado à Coordenação de Educação. (MAST – educador 2).

Inseridos dentro de uma perspectiva de produção científica em educação em ciências nos museus, os educadores do Mast buscam, dessa forma, cultivar as “boas relações” desse meio. A aliança com grupos produtivos dentro de critérios acadêmicos faz parte dessa forma de atuação.

[...] essas parcerias com o departamento de educação da PUC têm dado muitos bons frutos porque eles têm uma excelência. É um programa de mestrado e pós-graduação que tem nota sete. Tem um corpo de professores e pesquisadores novos, que publicam muito e publicam em A-1. [...] Então a gente cuida com carinho dessa parceria porque já são dois projetos com apoio da Faperj. (MAST – educador 2).

<sup>7</sup> Edital de Apoio a Museus e Centros de Ciências (2003) e edital de Apoio a Projetos de Difusão e Popularização da Ciência e Tecnologia (2006).

A CED tem linhas de pesquisa próprias voltadas à investigação da educação em museus de ciências (Mast, 2010). A lógica da obtenção de recursos, via editais de fomento científico e de popularização da ciência, ao mesmo tempo em que subsidia as ações educativas executadas pelo setor – via contratação de bolsistas e estagiários para sua execução – permite a geração de conhecimento científico sobre esse tema. Os educadores, que no MAST são funcionários públicos do quadro do MCT, são os responsáveis pela concepção e geração dos projetos de pesquisa que irão concorrer nos editais<sup>8</sup>. Percebe-se que, ao mesmo tempo em que existe uma independência na proposição dos temas e enfoques da pesquisa – e, conseqüentemente, das ações – existe a necessidade de adequação aos parâmetros do edital e da própria agência de fomento.

Navas (2008) ao analisar a proposição de projetos para o Edital de seleção pública de propostas para apoio a museus e centros de ciência (MCT/CNPq 2003), apontou a existência de adequações, por parte dos proponentes, que não necessariamente estavam coadunadas com suas concepções de boas práticas educacionais. Nas entrevistas realizadas com profissionais de museus que submeteram projetos ao Edital, ela captou discrepâncias entre os objetivos institucionais e as possibilidades de financiamentos expressas pela agência de fomento. Essa autora percebeu, por um lado, uma autonomia nas possibilidades de proposição por parte dos educadores, exercida a partir da proposição de projetos julgados interessantes dentro da ótica da ação educacional institucional. Por outro lado, percebeu também que, para a obtenção dos recursos oriundos dessas instâncias, é necessária uma adaptação dos discursos institucionais de educação.

Na Pinacoteca do Estado de São Paulo, por sua vez, a atuação estatal também se dá de forma singular. Diferentemente da CED do Mast, o Núcleo de Ações Educativas da Pinacoteca não realiza, enquanto ação institucional, pesquisa na área de educação em museus.<sup>9</sup> Dessa forma, seus recursos não provêm de editais de fomento científico. A Pinacoteca é um museu pertencente ao estado de São Paulo, mas administrado por uma Organização Social (OS), que recebe, por meio de um convênio com a Secretaria de Estado da Cultura, uma verba anual para sua manutenção e desenvolvimento de ações. Essa verba garante o pagamento dos funcionários, mas não das ações e programas existentes.

No caso das ações educativas da Pinacoteca o financiamento é realizado via verbas de fomento da área cultural (MinC). De acordo com o Balanço Financeiro da Associação dos Amigos da Pinacoteca do Estado (2010), foram recebidos no ano de 2009, além dos já citados recursos do governo do estado, via contrato de gestão da OS,<sup>10</sup> verbas de patrocínio incentivado de projetos e verbas de patrocínio não incentivado.

Os patrocínios incentivados, via Lei Rouanet, compuseram a fatia de 24% do orçamento total do ano fiscal de 2009. Além dessa fonte, a Pinacoteca contou com verbas do Programa de Ação Cultural da Secretaria de Estado da Cultura (Proac) de São Paulo, que funciona da mesma forma, mas com renúncia da cobrança do ICMS a ser pago ao governo do estado pelas empresas. Já os patrocínios não incentivados compõem apenas 0,40% das receitas da Pinacoteca.

É importante considerar que a manutenção financeira da Pinacoteca está preponderantemente nas mãos do governo do estado. O fato é que a Pinacoteca se constitui atualmente como o principal museu de artes plásticas da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. Essa situação, de certa maneira privilegiada frente às demais instituições museais do Estado, deve-se a uma trajetória singular que, ao longo do século XX, capitalizou os olhares, os interesses, as políticas e as verbas estatais em torno da instituição. Como apontado anteriormente, a lógica de patrocínio via renúncia fiscal por meio de programas como a Lei Rouanet e o Proac, obedece às leis empresariais de obtenção de lucros. Na medida em que são as próprias empresas que escolhem os projetos a serem

<sup>8</sup> Para concorrer aos editais todos têm uma importante produção científica na área de educação em museus, além de formação no nível de doutorado.

<sup>9</sup> A lógica da produção de conhecimento no Núcleo de Ações Educativas da Pinacoteca do Estado é iniciativa de cada educador. Tanto a coordenação do Núcleo, quanto dos programas educacionais tem produção acadêmica sobre sua prática, inclusive por meio de estudos de pós-graduação.

<sup>10</sup> A maior parte dos recursos da instituição, 64%, provêm do convênio da OS com o Governo do Estado.

incentivados,<sup>11</sup> ganha patrocínio quem consegue agregar maior número de vantagens para a empresa patrocinadora. Em termos da lógica cultural, essas vantagens estão relacionadas, por exemplo, com a maior visibilidade e alcance de público do evento patrocinado, com consequente maior exposição da marca da empresa patrocinadora. No caso das próprias ações educacionais da Pinacoteca essa questão aparece de forma bastante explícita.

O PEPE [Programa educativo para públicos especiais] tem menos dificuldade de conseguir patrocínio. Porque quem dá patrocínio, a empresa privada, normalmente não vai querer ter seu nome vinculado a moradores de rua ou a prostitutas do Parque da Luz [público atendido pelo Programa de Inclusão Sociocultural – o PISC]. [...]Mas eu sinto que estamos envolvidos em muitos preconceitos. Preconceito tanto de patrocinadores, que não vão querer ter sua marca vinculada a determinados grupos, como de pessoas da própria área que acham que estamos sendo demagogos, assistencialistas. (PINA – educador 2).

O que se percebe a partir do depoimento é que a lógica que permeia o fomento cultural incentivado traz embutida uma visão da cultura enquanto produto vendável que, mesmo no interior de uma instituição consolidada como a Pinacoteca, causam descompassos entre aquilo que a instituição pretende fazer e o que é possível de ser patrocinado. Esse fato evidencia em que contexto se encontra a ação educativa da Pinacoteca – um contexto no qual as ações educacionais, para realização de projetos específicos, devem se adequar à lógica do patrocínio, incentivado ou não. A redação de projetos para a organização dos pedidos de verba é feita pelas próprias coordenações dos programas educacionais, que sinalizam assim, as necessidades e objetivos educacionais. Se por um lado essas necessidades e objetivos são mantidos, em termos de autonomia do que pode ser proposto pelo Núcleo de Ação Educativa à diretoria da instituição, por outro podem encontrar barreiras dentro da lógica comercial dos patrocínios incentivados.

No caso do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), o contexto de inserção institucional é enquanto órgão de extensão universitária. Isso traz algumas especificidades no que se refere ao seu funcionamento e atuação.

O regimento do MAE passou a vigorar em março de 1997, determinando que o museu cumprisse funções de pesquisa, ensino e extensão nas áreas de Arqueologia, Etnologia e Museologia, além de promover a proteção ao patrimônio arqueológico, etnográfico e museológico brasileiro e o intercâmbio com instituições afins. No que se refere à função educacional, o único item do Regimento que trata do assunto, o faz ao estipular as funções da Divisão de Difusão Cultural, no qual os educadores da instituição se encontram lotados: “à Divisão de Difusão Cultural compete: a responsabilidade pela comunicação museológica do conhecimento produzido no Museu por meio de publicações, exposições e da ação educativa que lhe for pertinente.” (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1997).

Como se percebe, a legislação universitária é bem pouco específica ao regular a atuação educacional do museu. Isso permite, em certa medida, uma autonomia nos rumos decisórios institucionais. Essa autonomia, entretanto, não se aplica totalmente aos educadores já que, dentro da forma de funcionamento das universidades nacionais os mecanismos de decisão estão nas mãos dos professores universitários.

Já no que se refere ao financiamento das ações educacionais, o depoimento a seguir ilustra os caminhos seguidos:

<sup>11</sup> O processo de patrocínio via renúncia fiscal funciona, em linhas gerais, da seguinte forma: o candidato envia seu projeto ao órgão de fomento (Secretaria de Estado da Cultura, Ministério da Cultura, etc), que analisa a pertinência e adequação do mesmo em relação às políticas públicas da área cultural. Se aprovado, o órgão de fomento emite uma permissão para a captação de recursos junto à iniciativa privada. Cabe ao proponente do projeto a negociação com as empresas para a obtenção do patrocínio.

Uma boa parte dessas verbas a gente faz projeto e consegue fora. O Museu não desconsidera, a gente tem apoios em termos de verba, mas boa parte, tirando o cotidiano, a gente consegue via elaboração de projetos, solicitação de recursos fora. A gente já tentou editais fora, editais do CNPq, do MinC, é que São Paulo tem certa dificuldade e a gente nunca conseguiu, nem do CNPq, nem do MinC [...]. O que a gente conseguiu foi na USP. E muitas vezes a gente esbarra em não fazer coisas por falta de financiamento. (MAE – educador 2).

A partir do depoimento alguns aspectos se clarificam. O primeiro deles é que a principal fonte de financiamentos do MAE-USP é a própria USP, por meio do Programa de Fomento às Iniciativas de Cultura e Extensão da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão. As solicitações por verbas para esse órgão são em geral atendidas e poucas são as dificuldades enfrentadas pelos educadores do MAE-USP para a realização financeira de seus projetos. Não existem contrapartidas exigidas, a não ser em relação à prestação de contas dos gastos realizados.

A inserção das atividades educacionais museais no âmbito da extensão universitária é historicamente estabelecida dentro da universidade. A ausência de definição sobre a natureza da extensão e da cultura entre as ações de ensino e pesquisa, tradicionalmente constituídas dentro da universidade, permite que diferentes tipologias de ações sejam incentivadas, incluindo as oriundas dos museus universitários. Ressalta-se, entretanto, que dentro da lógica universitária e, mais especificamente, dentro da Universidade de São Paulo, a extensão é a menos prestigiada das áreas de atuação (ABREU, LOURENÇO e PAULO, 1999). Prioritariamente, e mesmo em termos de distribuição de verbas, a pesquisa e o ensino têm preferência. Isso traz uma dificuldade intrínseca à execução de ações mais ousadas em termos financeiros por parte dos órgãos que têm atuação de extensão, como o caso dos museus universitários. O reflexo desse fato pode ser verificado no tipo de ação proposta pelos educadores do MAE-USP, que encontra limites nas fontes de financiamento para sua execução.

Outro aspecto ressaltado no depoimento da educadora do MAE-USP é o fato de que os editais do MinC e do CNPq não privilegiam ações museais provenientes do estado de São Paulo. No que se refere ao MinC, no escopo dos editais para museus do Ibram, essa é uma argumentação procedente. Faz parte da política do governo federal, e do Ibram em particular, a distribuição de recursos para estados que normalmente não são privilegiados em termos de políticas públicas para a área cultural. Como base para essa argumentação está o fato que as instituições museais estão preponderantemente localizadas nas regiões sudeste e sul do País.<sup>12</sup>

Já no caso da obtenção de verbas do CNPq essa argumentação não encontra ressonância. No edital específico para a obtenção de apoio para museus (edital MCT/SECIS/CNPq n°. 07/2003), foram privilegiados projetos da região sudeste (por volta de 65% dos projetos aprovados) e sul (por volta de 24% dos projetos aprovados), respectivamente, apesar de serem essas as regiões que proporcionalmente têm mais museus consolidados. Muitos podem ser os fatores implicados na seleção dos projetos em cada um dos editais e, obviamente, o número de projetos submetidos ao CNPq supera em muito a capacidade de financiamento desse órgão. O que se percebe é que a dificuldade de obtenção de verbas por meio de editais de fomento, principalmente federais, reforça a necessidade de obtenção de financiamento por parte do MAE-USP dentro da própria universidade.

Agora a gente conseguiu fazer, conseguiu uma verba do Fundo de Cultura [da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão] para fazer um vídeo para o trabalho da terceira idade. Eles deram metade do valor solicitado, e aí o MAE vai complementar com a outra metade. (MAE – educador 2).

Em consonância com os outros museus apresentados, percebe-se também no MAE-USP pouca

<sup>12</sup> Das instituições culturais nacionais 1.149 estão na região sudeste, 837 na região sul, 611 na região nordeste, 222 na região centro-oeste e 149 na região norte.

influência do Estado (MCT e Ibram), na conformação do seu discurso pedagógico. Da mesma forma que as demais instituições, a ação educativa do MAE-USP tem mecanismos próprios de manutenção, adequados à sua realidade institucional. Esses mecanismos, no caso do MAE-USP especialmente, exercem uma pressão reduzida sobre a tipologia de projetos e ações concebidas pelos educadores, ou seja, esses profissionais têm liberdade na proposição de ações que consideram mais adequadas institucionalmente. O que se percebe, entretanto, é que, em paralelo a essa liberdade propositiva existem formas de controle oriundas das fontes financeiras. No caso do MAE-USP a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão e o próprio museu têm limites de financiamento que fazem com que seja necessária a solicitação de verbas externas para a execução dos projetos dos educadores.

## Conclusão

A partir do exposto podem ser feitas algumas reflexões acerca do funcionamento do campo recontextualizador oficial da educação em museus. Foram identificados como agentes do *campo recontextualizador oficial*, atuantes na composição do discurso pedagógico dos museus, os seguintes órgãos governamentais: o Ministério da Cultura, por meio do Instituto Brasileiro de Museus, e o Ministério da Ciência e Tecnologia, com ênfase para a atuação do Departamento de Difusão e Popularização da Ciência e Tecnologia. Levantou-se a hipótese de que os textos produzidos pelos agentes alocados nesses órgãos têm baixa influência no formato do discurso pedagógico de reprodução da educação em museus. Essa possibilidade ancora-se, a princípio, na inexistência de um marco legal que obrigue os museus a se adequarem a determinados parâmetros de existência.

O que se depreende, portanto, do funcionamento do campo recontextualizador oficial, a partir de sua forte estruturação ocorrida na última década, é a criação de políticas às quais os museus participam por adesão. Em outras palavras, a atuação desses órgãos não está inserida em uma lógica administrativa e legal que obrigue os museus a cumprir os seus desígnios.

Um segundo elemento na constituição desse campo é a percepção de que os agentes governamentais produzem textos que buscam promover consensos sobre o papel social dos museus e sobre o tipo de relação que essas instituições devem estabelecer com os diferentes grupos sociais. Esses textos, veiculados, principalmente, por meio dos documentos escritos, estabelecem os princípios e as formas de efetivação de suas políticas públicas: no caso do Ibram, a Política Nacional de Museus e do MCT, os Planos Plurianuais e demais documentos escritos pelo órgão. A partir desses textos é possível estabelecer uma leitura na qual o incentivo ao crescimento e à consolidação da faceta pública dos museus é amplamente fomentado. O discurso da democratização do acesso aos bens culturais musealizados por um lado, e à popularização da ciência e da tecnologia em bases dialógicas, por outro, são os princípios de base que regem a estruturação das diversas ações de fomento ao setor museal por parte dos órgãos governamentais. Percebe-se, entretanto, a ausência de um discurso específico dirigido aos setores educativos dos museus ou às funções e ações por eles desenvolvidos.

Essa constatação é corroborada pela lógica de financiamento das ações educacionais nos museus estudados. Se a manutenção do corpo funcional é garantida, não sem dificuldades, pelas próprias instituições, o financiamento das ações depende de diferentes lógicas de fomento – todas elas com algum poder de regulação sobre as práticas empreendidas pelos setores educacionais institucionais. Essas diferentes lógicas são delimitadas tanto a partir das filiações institucionais, no caso da Pinacoteca do Estado, com os patrocínios, e do MAE-USP, com a extensão universitária; quanto dos objetivos educacionais institucionais, no caso do Mast, com o fomento acadêmico.

A regulação estabelecida a partir das modalidades de financiamentos está relacionada com os limites e possibilidades que caracterizam cada um deles. No MAST percebe-se que, ao mesmo tempo em que existe uma independência na proposição dos temas e enfoques da pesquisa – e, conseqüentemente, das ações – existe a necessidade de adequação aos parâmetros dos editais e da própria agência de fomento. Na Pinacoteca, da mesma forma, nota-se a existência de uma

autonomia na proposição das ações, que podem, e encontram, barreiras estabelecidas dentro da lógica de mercado dos patrocínios. No MAE-USP, a regulação que se estabelece dentro da lógica universitária, traz dificuldades na proposição de ações financeiramente mais ousadas, o que não impede que também elas sejam propostas.

Forma-se, a partir desse panorama, um campo recontextualizador externo à instituição no qual as principais “vozes” reguladoras estão nas fontes financiadoras, mais do que nas agências oficiais do estado responsáveis pela estruturação de um discurso oficial sobre a área museal. Ou seja, as agências recontextualizadoras oficiais, no caso da educação em museus, extrapolam o campo formal do Estado, incorporando outras vozes institucionais. A ingerência dessas vozes na estruturação das práticas educacionais faz-se notar nos três museus estudados, evidenciando que a educação presente nesses espaços está condicionada à parâmetros próprios de realização.

## REFERÊNCIAS

SEMANA DE MUSEUS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1, 1997, São Paulo. Anais... ABREU, A. A.; LOURENÇO, M. C. F.; PAULO, A. F. São Paulo: USP, 1999.

APPLE, M. W. *Ideologia e currículo*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

\_\_\_\_\_. Repensando ideologia e currículo. In: MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (Org.). *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 1995. p. 39-58.

ALLARD, M.; LEFEBVRE, B. *Le musée, un lieu éducatif*. Montréal: Musée d'Art Contemporain de Montréal, 1997.

BERNSTEIN, B. *A estruturação do discurso pedagógico*. Classe, códigos e controle. Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia, control simbólico e identidade*. Madrid: Morata, Paideia, 1998.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Lei n. 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L8313cons.htm>>. Acesso em: 12 outubro 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. *Política Nacional de Museus. Memória e cidadania*, 2003.

COHEN, L.; MANION, L.; MORRISON, K. *Research methods in education*. New York: Routledge, 2007.

FALCÃO, D. ; GILBERT, J. Método da lembrança estimulada : uma ferramenta de investigação sobre aprendizagem em museus de ciências. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, v. 1, n. 1, p. 93-116. 1994.

FALK, J; STORKSDIECK, M. Learning science from museums. *História, ciências, saúde: Manguinhos*, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Oswaldo Cruz, v.12. p.117-144, 2005.

HEIN, G. *Learning in the museums*. London: Routledge, 1998.

HOOPER-GREENHILL, E. Education, communication and interpretation: towards a critical pedagogy in museums. In: *The educational role of the museum*. London: Routledge, p. 3-25, 1994.

LOPES, A. C. Política de currículo: recontextualização e hibridismo. *Currículo sem fronteiras*, v. 5, n. 2, p. 50-64, 2005.

\_\_\_\_\_. *Políticas de integração curricular*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. (Orgs.) *Currículo: debates contemporâneos*. São Paulo: Cortez, 2002.

MARANDINO, M. *O conhecimento biológico nos museus de ciências: análise do processo de construção do discurso expositivo*. 2001. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. A pesquisa educacional e a produção de saberes nos museus de ciências. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, v. 1, n.1, p. 161-182. 1994.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto Brasileiro de Museus. Disponível em: <<http://www.ibram.gov.br/>>. Acesso em: 27 dez. 2010.

MOREIRA, A. F. e SILVA, T. T. (Org.). *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 1995.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. Coordenação de Educação em Ciências. *Avaliação de projetos*. Rio de Janeiro, 2010.

MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Ações educacionais da Divisão de Difusão Cultural*. Serviço técnico de musealização. Previsão para 2010. São Paulo, 2009.

MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Ações educacionais da Divisão de Difusão Cultural*. Serviço técnico de musealização. Previsão para 2009. São Paulo, 2008.

NAVAS, A. M. *Concepções de popularização da ciência e da tecnologia no discurso político: impactos nos museus de ciências*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Relatório Anual de Atividades*. São Paulo, 2009.

SENA, P. A legislação do Fundeb. *Cadernos de Pesquisa*, v.38, n.134, São Paulo, p. 319-340 2008.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Resolução nº 4365, de 02 de abril de 1997. Baixa o Regimento do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. *Diário Oficial do Estado*, São Paulo, 03 de abril de 1997. Disponível em: <<http://leginf.uspnet.usp.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

VARINE, H. Le musée au service de l'homme et du développement. In: DESVALLÉES, A. Vagues. *Une anthologie de la nouvelle muséologie*. Paris: Presses Universitaires de Lyon, W, MNES, 1992. p. 446-487.

Recebido em: 20 de janeiro de 2012.  
Aprovado em: 17 de outubro de 2012.